

Reforma política à vista

■ Crise mostra que coordenador faz muita falta

FRANKLIN MARTINS

Ministros e parlamentares do PMDB e do PSDB, inconformados com a derrota na votação das mudanças na lei salarial, acham que chegou a hora de o presidente Itamar Franco nomear um coordenador político para o governo e completar a reforma ministerial iniciada com a transferência de Fernando Henrique para a Fazenda. O afastamento do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, abriria caminho para a indicação de um pemedebista, com a missão de articular a base de sustentação política do governo. O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) é apontado como o nome mais credenciado para a função.

Lideranças — A reforma na área política incluiria também mudanças nas lideranças do governo no Congresso. A idéia seria que os líderes do PMDB nas duas casas, o deputado Genivaldo Correia (BA) e o senador Mauro Benevides (CE), acumulassem os cargos com as funções de chefia das bancadas do governo. Com isso, seria possível estabilizar o apoio do PMDB e, consequentemente a base parlamentar do governo.

"Podemos até não ter maioria no Congresso. Mas, se reunirmos 50 parlamentares dispostos a brigá e tivermos uma linha de conduta clara, aglutinaremos forças para aprovar nossos projetos", avaliou um dos ministros mais influentes junto a Itamar. Como o comando da área econômica está nas mãos dos tucanos, esse ministro defende a tese de que a coordenação política deveria ser entregue a um pemedebista. Assim, ficaria selada a parceria entre os dois partidos.

Uma das principais lideranças do PMDB, que anteontem enfrentou os seguidores do ex-presidente José Sarney e do ex-governador de São Paulo Orestes Queríca, que se aliaram com a oposição, faz a mesma avaliação. Em sua análise, se o presi-

dente optar por um governo ancorado numa parceria entre o PMDB e no PSDB, terá um centro de gravidade capaz de consolidar o apoio de, pelo menos, 180 deputados. "Com essa base, não será mais acuado por alianças espúrias entre a esquerda e a direita", comentou. Esse importante cacique pemedebista vê um obstáculo para essa reviravolta: o próprio estilo de Itamar. "É preciso que o presidente seja convencido de que o governo deve ser formado pelas forças políticas que lhe dão sustentação, e não pelos amigos."

Varejo — O deputado Waldyr Pires (PSDB-BA) acredita que a votação de terça-feira mostrou a necessidade de mudanças profundas no governo. "A antecipação da corrida sucessória dissolveu o consenso gerado no processo de *impeachment*, que levou Itamar ao poder", comentou. Outro deputado tucano, José Anibal (SP), avalia que a derrota na Câmara demonstrou que o governo só terá maioria estável se libertar-se da tentação de atuar no varejo. "O resultado mostrou que a política do toma-lá, dá-cá do ministro Henrique Hargreaves é um fiasco". Muitos deputados contemplados com cargos no segundo e terceiro escalões ajudaram a derrotar o governo na mais importante batalha parlamentar desde o inicio da administração Itamar Franco.

O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que apadrinhou a indicação da delegada do Ministério da Educação em São Paulo, nomeada há duas semanas, ausentou-se do plenário anteontem. Walter Nory (PMDB-SP), que está indicando o superintendente da Caixa Econômica Federal em Bauru, se absteve. Carlos Nelson (PMDB-SP), responsável pelo preenchimento do mesmo cargo em Campinas, votou com a oposição. Também votou contra o governo o deputado Benito Gama (PFL-BA), responsável pela manutenção do presidente da Empresa de Correios e Telegráficos, José Carlos Rocha Lima, remanescente do governo Fernando Collor.